

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. De acordo com os arts. 81, 82 e 91 do Código de Defesa do Consumidor e art. 6º, VII, d, da Lei Complementar nº 075/93, que dispõe acerca da competência do Ministério Público da União, do qual faz parte o Ministério Público do Trabalho, este último tem legitimidade para defender os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da 5ª Vara do Trabalho de Joinville, SC, sendo recorrente **1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2. LOJAS RENNER S.A. (Recurso Adesivo)** e recorrido **1. LOJAS RENNER S.A., 2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.**

Recorre o Ministério Público do Trabalho da sentença das fls. 322-327, na qual foram rejeitados os pedidos formulados na inicial.

Nas suas razões recursais (fls. 330-335), pretende a reforma da sentença, com a condenação

da ré a se abster de ofender a integridade moral de seus colaboradores ou permitir que qualquer pessoa o faça, a coibir qualquer tentativa de assédio moral que lhe seja comunicada e comprovada e a pagar indenização por dano morais coletivos no importe R\$ 250.000,00 a reverter em favor do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Contrarrazões são oferecidas pela recorrida (fls. 338-342), que, no mesmo prazo, interpõe recurso adesivo (fls. 343-345) pretendendo ver reconhecida tempestiva da juntada dos documentos trazidos na audiência de instrução, bem como a ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para a presente ação.

O autor também apresentou contrarrazões ao recurso adesivo da ré (fls. 348-349).

É o relatório.

V O T O

Satisfeitos os pressupostos legais de admissibilidade, conheço dos recursos ordinário e adesivo, bem como das contrarrazões apresentadas pelas partes.

Considerando-se que o recurso adesivo versa sobre matérias que devem ser analisadas preliminarmente, inverte a ordem de análise dos recursos.

RECURSO ADESIVO DA RÉ

1. Juntada de documentos na audiência de instrução

Insurge-se a ré, em apelo adesivo, contra o não conhecimento da documentação trazida na audiência de instrução. Defende que, ao contrário do entendimento do Magistrado de 1º grau, a oportunidade de juntada não estava preclusa, já que a instrução processual ainda estava em curso, ressaltando que os documentos eram de extrema importância para o deslinde da controvérsia, já que se referiam a treinamentos que a empresa dá a seus gestores para o trato com seus subordinados.

Partilho do mesmo entendimento do Magistrado de 1º grau, manifestado na sentença (fl. 322), ou seja: não se tratando de documentos novos, os documentos deveriam ter sido apresentados com a defesa (arts. 396 e 397 do CPC). A juntada na audiência de instrução é extemporânea.

Nego provimento ao recurso no particular.

2. Ilegitimidade ativa do MPT

Em recurso adesivo, a ré renova a alegação de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, já que a ação versa sobre direitos individuais homogêneos, os quais, a seu ver, são individualizáveis, podendo-se definir nominalmente seus titulares, cada um deles sendo parte legítima para propor ação buscando reparação da suposta lesão, exatamente como aconteceu com a ação que originou a denúncia ao MPT. Nessa linha, defende que a decisão recorrida afronta os arts. 127 e 129, III, da CRFB/88, além da LC 075/93 (Estatuto do Ministério Público

da União), que em seu art. 83, III, não legitima a atuação do MPT em ações que visem a proteção de direitos individuais homogêneos.

De fato, os dispositivos acima mencionados parecem conferir legitimidade ao Ministério Público para propor a ação civil pública apenas na defesa dos direitos difusos e coletivos:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93:

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes

atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

(...)

III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos; (grifei)

Entretanto, o art. 6º, VII, "d", da LC 075/93 e os arts. 81, 82 e 91 da Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), fixam a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos:

LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93:

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

(...)

VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para:

(...)

d) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas

poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - o Ministério Público, (grifei)

II - a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

III - as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código;

IV - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.

Art. 91. Os legitimados de que trata o art. 82 poderão propor, em nome próprio e no interesse das vítimas ou seus sucessores, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, de acordo com o disposto nos artigos seguintes

Portanto, forte nos dispositivos recém citados do Código de Defesa do Consumidor e no art. 6º, VII, "d", da Lei Complementar nº 075/93, que dispõe acerca da competência do Ministério Público da União, do qual faz parte o Ministério Público do Trabalho, este último tem legitimidade para defender os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Tal como registrado pelo Magistrado na sentença (fls. 323-324), a expressão "interesses coletivos", contida no art. 83 da LC 075/93 deve ser interpretada como o gênero, do qual fazem parte os

interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos.

No presente caso, o Ministério Público do Trabalho visa que a ré se abstenha de ofender a integridade moral de seus colaboradores ou permitir que qualquer pessoa o faça, bem como impeça qualquer tentativa de assédio moral que lhe seja comunicada e comprovada, tudo no intuito de garantir a dignidade dos trabalhadores, direito constitucionalmente garantido (art. 1º, III, da CRFB/88), um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito em que vivemos.

Com efeito, a dignidade é um direito indisponível dos trabalhadores, não se podendo permitir que fiquem submetidos a condições de trabalho ou tratamento por parte de seus superiores hierárquicos que ofendam sua dignidade, sendo certo que a intervenção do Ministério Público do Trabalho nesse sentido é oportuna e fundamental.

Bem lançada a decisão que entendeu ser o MPT parte legítima para propor a presente ação civil pública.

Nego provimento ao recurso adesivo.

RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR

Assédio moral. Dano moral coletivo

Não se conforma o Ministério Público do Trabalho com a rejeição do pedido. Argumenta ter ficado amplamente demonstrado nos autos, pela prova testemunhal, o assédio moral praticado pela supervisora da empresa-ré, de nome Rosecler Machado Paranhos, bem como a inércia da ré ao

tomar conhecimento das atitudes da referida funcionária. Acrescenta que pouco importa se a preposta Rosecler não trabalha mais para a ré, importando, na verdade, que o assédio moral ocorreu, e não de forma pontual, como admitido pelo Magistrado de 1º grau, mas de forma repetitiva e abrangente, como demonstrou a prova testemunhal. Finaliza asseverando que é dever do empregador zelar pela saúde, dignidade e integridade de seus empregados, direitos de porte constitucional, bem como que o empregador responde pelos atos de seus prepostos (art. 932 do CC), razões pelas quais defende que a ré deve ser condenada a deixar de ofender ou permitir que outros ofendam a integridade moral de seus funcionários, bem como coibir tais atitudes no âmbito da empresa, sob pena de multa diária. Além disso, sustenta deva ser deferida uma indenização pelo dano moral coletivo, no importe de R\$ 250.000,00, a reverter em favor do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, já que restou provada a violação ao direito à dignidade e à integridade psíquica dos trabalhadores da ré, por ter esta deixado de adotar medidas de prevenção do assédio moral, bem como deixado de tomar providências diante da denúncia de tal prática.

Quanto ao comportamento ríspido da supervisora Rosecler, nos depoimentos colhidos nos autos do Procedimento Investigatório 176/07, que deu origem à presente ação civil pública (fls. 192-195), as testemunhas Luciano de Oliveira e Daniele Regina de Macedo narraram episódios de grosseria da referida supervisora com os funcionários, sendo que Luciano foi vítima do referido tratamento e Daniele não, apenas presenciando dito

tratamento com outros funcionários. Por outro lado, a testemunha Edinéia Soranso afirmou que o tratamento dispensado a ela pela supervisora Rosecler sempre foi muito bom e que elas se davam muito bem, mas que presenciou várias discussões da supervisora com outros funcionários. Derradeiramente, a testemunha Cristiane Tamanini nada esclareceu, pois não chegou a conhecer a Sra. Rosecler.

Já no que diz respeito aos depoimentos colhidos em juízo (ata fls. 305-308), as três testemunhas trazidas pelo autor foram as três primeiras antes mencionadas, as quais confirmaram integralmente o teor dos depoimentos prestados no procedimento investigatório. De outro modo, as testemunhas da ré, Serli Ana Caldato e Claudinei da Maia, afirmaram já terem sido subordinados à supervisora Rosecler, tendo tido com ela sempre um bom relacionamento, não tendo sido por ela ofendidos e nunca tendo presenciado qualquer tratamento grosseiro por parte dela aos demais colegas.

Dessarte, entendo que a prova testemunhal ficou dividida, não autorizando o deferimento do pedido inicial, pois para tanto, seria preciso a prova robusta no sentido de que a coletividade dos empregados da ré ficou exposta a ofensas aos seus direitos da personalidade em razão de ato da ré ou de seus prepostos.

Não se olvida que, de fato, algum ou outro empregado tenha sido tratado de maneira grosseira pela supervisora Rosecler. A testemunha Luciano, por exemplo, fez afirmação nesse sentido. Além disso, as testemunhas Edinéia e Daniele, embora tenham afirmado que

elas tinham um bom relacionamento com a supervisora, afirmaram também ter presenciado discussões desta com outros funcionários.

Contudo, tratam-se de casos isolados, e não de uma conduta reiterada que tenha atingido a coletividade dos funcionários da ré, não se justificando um provimento em ação civil pública para que a ré se abstenha de ofender ou permitir que alguém ofenda a integridade moral de seus funcionários, sob pena de multa diária.

Cada empregado que tenha se sentido lesado pela conduta da Sra. Rosecler deve propor ação individual, buscando a reparação da lesão, tal como ocorreu no processo (RT 05115-2006-016-12-00-4 - fls. 23-47) que deu origem ao procedimento investigatório que, por sua vez, originou a presente ação civil pública.

Mas, repiso, a prova não indica a prática por parte da ré, ou de seus prepostos, de atos atentatórios aos direitos da personalidade, à dignidade, ao ambiente de trabalho equilibrado e saudável.

Aliás, a prova testemunhal é farta no sentido de que a ré tinha um ótimo canal de comunicação com seus funcionários no intuito de buscar um ambiente de trabalho harmônico. Eram feitas avaliações periódicas sobre a atuação dos colegas e superiores hierárquicos, além de pesquisa de clima *on line* por equipe de funcionários da loja a cada 6 meses, bem como reuniões mensais sobre relacionamentos interpessoais. Além disso, os funcionários tinham o e-mail pessoal do presidente da empresa, podendo

enviar sugestões e reclamações.

Aqui ressalto que, embora as testemunhas do autor tenham afirmado que nenhuma medida era tomada diante das denúncias feitas através dos canais de comunicação acima mencionados, o fato de a Sra. Rosecler ter sido afastada do cargo de supervisora, e posteriormente demitida da empresa (TRCT --fl. 311), apontam noutro sentido.

Por tais razões, partilho do mesmo entendimento do Magistrado de 1º grau:

De qualquer forma, restou evidenciado que os fatos que apresentariam potencial ofensivo aos direitos de personalidade dos empregados estão relacionadas a uma única supervisora que não mais integra os quadros da ré. E, conforme referido, alguns dos empregados subordinados à supervisora não vivenciaram tais fatos e não foram vítimas de tratamento desqualificante por parte dela. Assim, os fatos ora analisados ocorreram de forma pontual, não retratando a realidade vivenciada pela coletividade dos trabalhadores ou mesmo por uma parcela numericamente significativa destes.

Ante o quadro fático exposto, conclui-se que as medidas requeridas pelo autor não se justificam, pelo que improcedentes os pedidos contidos nos itens a e b da inicial (fl. 19).

Derradeiramente, registro que, não tendo sido demonstrado o alegado assédio moral à coletividade dos empregados da empresa-ré, bem lançada também a decisão ao indeferir o pedido de indenização por dano moral coletivo.

Nego provimento ao recurso ordinário do autor.

Pelo que,

ACORDAM os Juízes da 2ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DOS RECURSOS**. No mérito, por igual votação, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**. Por maioria de votos, vencida, parcialmente, a Exma. Juíza Revisora, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RÉ**. Manter o valor arbitrado à condenação.

Custas na forma da lei.

Intimem-se.

Participaram do julgamento realizado na sessão do dia 08 de abril de 2010, sob a presidência do Exmo. Juiz Jorge Luiz Volpato, os Exmos. Juízes Mari Eleda Migliorini e José Ernesto Manzi. Presente a Exma. Procuradora do Trabalho Teresa Cristina D. R. dos Santos.

Florianópolis, 13 de abril de 2010.

JOSÉ ERNESTO MANZI

Relator

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO